



DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DA PRODUÇÃO ORGÂNICA NO ESTADO DO RJ: UM OLHAR A PARTIR DO CADASTRO NACIONAL DE PRODUTORES ORGÂNICOS

**TERRITORIAL DISTRIBUTION OF ORGANIC PRODUCTION IN THE
STATE OF RIO DE JANEIRO: A PERSPECTIVE FROM THE NATIONAL
ORGANIC PRODUCERS REGISTRY**

DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DA PRODUÇÃO ORGÂNICA NO ESTADO DO RJ: UM OLHAR A PARTIR DO CADASTRO NACIONAL DE PRODUTORES ORGÂNICOS

TERRITORIAL DISTRIBUTION OF ORGANIC PRODUCTION IN THE STATE OF RIO DE JANEIRO: A PERSPECTIVE FROM THE NATIONAL ORGANIC PRODUCERS REGISTRY

Patrícia Martins da Silva¹ | Índia Clara Limeira Souza de Medeiros²

Guilherme de Freitas Ewald Strauch³ | Hugo Vieira de Andrade⁴

Joana Mayer Coutada⁵ | Bianca Oliver Sarmiento⁶

Recebimento: 19/03/2021

Aceite: 16/09/2023

¹ Doutora em Sistemas de Produção Agrícola Familiar (UFPEL). Docente na Universidade Federal de Pelotas. Capão do Leão – RS, Brasil.
E-mail: patricia.silva@ufpel.edu.br

² Mestre em Ciência Ambiental (UFF). Auditora Fiscal Federal Agropecuário no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG/SFA-RJ. Rio de Janeiro – RJ, Brasil.
E-mail: india.medeiros@agricultura.gov.br

³ Doutor em Agroecologia (UCO). Extensionista rural na EMATER RIO. Rio de Janeiro – RJ, Brasil.
E-mail: gstrauch58@gmail.com

⁴ Graduação em Engenharia Agrícola e Ambiental (UFF).
E-mail: hvandrade@id.uff.br

⁵ Graduação em Engenharia Agrícola e Ambiental (UFF). Analista no Instituto Ambiental e do Ambiente. Rio de Janeiro – RJ, Brasil.
E-mail: joanamayer@id.uff.br

⁶ Graduação em Engenharia Agrícola e Ambiental (UFF).
E-mail: biancaoliver@id.uff.br

RESUMO

O presente trabalho insere-se na temática da produção orgânica de alimentos a partir da abordagem territorial às unidades de produção orgânicas em desenvolvimento no território fluminense. Território e desenvolvimento são considerados em perspectiva indissociável, determinando a importância da análise dos processos de desenvolvimento que possibilite a expressão das dinâmicas em múltiplos níveis e dimensões. Nesta perspectiva, foram contemplados como eixos de investigação: (i) o mapeamento e evolução da distribuição territorial das unidades de produção orgânica no território fluminense; (ii) a ocorrência e relevância dos mecanismos de garantia da qualidade orgânica; e (iii) a verificação da correlação entre as unidades de produção orgânicas presentes no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO) e o acesso à Declaração de Aptidão ao Pronaf, instrumento de habilitação para políticas públicas direcionadas à agricultura familiar. A metodologia da pesquisa contemplou a abordagem quali-quantitativa, considerada quanto aos fins como pesquisa exploratória. Os dados obtidos a partir do CNPO, cuja gestão pertence ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), foram considerados em relação às regiões de governo do Estado do Rio de Janeiro. A sistematização dos dados possibilitou a obtenção da série histórica referente ao período 2013-2019. Os resultados demonstraram tendência de crescimento da produção orgânica ao nível do território do estado do RJ. As diferenças evidenciadas entre as regiões indicam que os processos de desenvolvimento são constituídos por dinâmicas e especificidades regionais, estabelecendo a importância de uma agenda de desenvolvimento regional, que considere os atores sociais e as dinâmicas locais para promoção do desenvolvimento.

Palavras-chave: Território. Desenvolvimento regional. Agricultura familiar. Agricultura orgânica.

ABSTRACT

This study falls under the thematic framework of organic food production, employing a territorial approach to examine the evolution of organic production units in the state of Rio de Janeiro, Brazil. The interdependence of territory and development is emphasized, underscoring the necessity to scrutinize developmental processes to elucidate dynamics across various levels and dimensions. Within this framework, the research centers on three primary areas of investigation: (i) mapping and tracking the territorial distribution of organic production units in the state of Rio de Janeiro, (ii) evaluating the prevalence and significance of mechanisms ensuring organic quality, and (iii) scrutinizing the correlation between organic production units listed in the National Register of Organic Producers (CNPO) and access to the Declaration of Aptitude for Pronaf, an instrument facilitating public policies targeting family agriculture. The research methodology employs a qualitative-quantitative approach, characterized as exploratory research based on its objectives. Data retrieved from the CNPO, managed by the Ministry of Agriculture, Livestock, and Supply (MAPA), are analyzed in relation to the government regions of the State of Rio de Janeiro. The data compilation enables the creation of a historical series spanning the years 2013-2019. The findings indicate a discernible upward trajectory in organic production throughout the state of Rio de Janeiro. Regional disparities underscore that developmental processes are molded by regional dynamics and specificities, accentuating the imperative of a regional development agenda that takes into account social actors and local dynamics in advancing development.

Keywords: Territory, Regional development, Family agriculture, Organic agriculture.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho insere-se na temática da produção orgânica de alimentos a partir da abordagem territorial às unidades de produção orgânicas em desenvolvimento no território fluminense. Dessa maneira, ao colocar em evidência o(s) território(s), reconhece que os processos de desenvolvimento ocorrem em perspectiva indissociável e interdependentes às dinâmicas socioeconômicas regionais e locais. Em face disso, considera-se que a área de conhecimento relacionada ao desenvolvimento regional se constitui em eixo fundamental para compreensão e, reciprocamente, gestão dos processos de desenvolvimento dos territórios.

A concepção de desenvolvimento tem sido transformada no período recente, conforme indicam Carniello, Santos e Pimenta (2022), superando a associação direta com o crescimento econômico para adquirir uma abordagem multidimensional e sistêmica. À razão dessas reflexões e debates, os autores evidenciam que a pesquisa sobre o desenvolvimento territorial decorre da percepção das particularidades de cada território e da improbabilidade de efetivação de condições homogêneas de desenvolvimento.



Subjacente a essas constatações emerge a percepção do território em disputa no âmbito social, político e econômico (Carniello; Santos; Pimenta, 2022).

Em perspectiva similar Egler, Bessa e Gonçalves (2013) ressaltam que a aplicação da prospectiva territorial ao desenvolvimento regional tem sido bastante difundida, afirmando que a opção por fincar raízes no território implica em considerar de forma integrada ambiente, economia e sociedade. Além disso, deve-se observar que a dinâmica social no espaço é contraditória e reflete a articulação de distintas escalas, onde os movimentos nem sempre apontam para um mesmo sentido e direção. Logo, a importância de uma agenda de desenvolvimento regional remete a sua capacidade de incorporar o planejamento territorial como instrumento para dinamização do potencial das regiões valorizando seus componentes endógenos (Egler; Bessa; Gonçalves, 2013).

Ao considerar as reflexões estabelecidas em termos de debate acerca dos processos de desenvolvimento e suas relações com o(s) território(s), o presente trabalho constitui-se em uma pesquisa de caráter exploratório direcionada a ampliar a compreensão sobre o mapeamento e trajetória evolutiva da produção orgânica no estado do RJ, considerando como base a sistematização e análise dos dados obtidos através do Cadastro Nacional dos Produtores Orgânicos (CNPO). Trata-se de um esforço compartilhado, construído em diálogo e aproximação com atores sociais interinstitucionais, buscando contribuir para o fortalecimento e prospecção de demandas para uma agenda de pesquisa-desenvolvimento.

A produção orgânica de alimentos representa, em âmbito mundial, segundo dados demonstrados pelo Research Institute of Organic Agriculture (FiBL) e Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM), aproximadamente 71,5 milhões de hectares, correspondendo a um total de 2,8 milhões de agricultores distribuídos em 186 países com produção orgânica registrada (Willer *et al*, 2020). Além disso, deve-se considerar em uma perspectiva mais abrangente, um número expressivo de agricultores – especialmente populações camponesas e tradicionais residentes em países em desenvolvimento – que desenvolve sistemas de produção agroecológicos, tradicionais e/ou em transição.

Ao analisar a produção e consumo de produtos orgânicos no mundo, em recente estudo realizado por Lima *et al* (2020), registrou-se um crescimento significativo, sendo o incremento médio anual das vendas no varejo de produtos orgânicos, no cenário mundial, superior a 11%, no período de 2000 a 2017. Ao considerar o contexto brasileiro, a produção e o consumo de produtos orgânicos também aumentaram,



mas em um ritmo mais lento, sendo a demanda impulsionada pelo mercado externo e, ainda, pelo mercado doméstico. Sobre este tema, as compras institucionais para a alimentação escolar e os serviços de alimentação de alguns órgãos governamentais demonstraram-se relevantes para a valorização da produção orgânica, especialmente, da agricultura familiar (Lima, *et al*, 2020).

A regulamentação da produção e comercialização de orgânicos no Brasil ocorreu em período simultâneo a vários outros países, na primeira década do milênio, através da promulgação da Lei da Produção Orgânica 10.831/03, decreto e instruções normativas¹, com a especificidade de ser pioneira no reconhecimento do processo de certificação participativa da produção com abrangência para comercialização em território nacional (Leite, 2013). Dessa maneira, a partir da implantação do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos pode-se observar uma evolução continuada do número de agricultores orgânicos, correspondendo em dez/2019 a 20.677 estabelecimentos certificados para produção orgânica. Cabe destacar que, este instrumento não abrange a totalidade das organizações e agricultores de base ecológica existentes no território nacional, visto que, por razões diversas, muitos agricultores ecológicos e/ou em transição agroecológica não têm acesso ou interesse pela adesão ao CNPO.

Não obstante, em face à relevância que a temática da agricultura orgânica e agroecológica tenha adquirido na agenda de desenvolvimento, as experiências produtivas, por sua vez, apresentam-se em configurações distintas, considerando a diversidade regional existente no território nacional, em suas múltiplas dimensões ambiental, econômica, social e cultural. Essa diversidade se expressa nos sistemas de produção, nas formas de organização social, nos mecanismos de certificação, nos circuitos de comercialização, entre outros, tornando evidente a importância da abordagem regional para o desenvolvimento da produção orgânica e agroecológica.

Em estudo anterior, Bernardes & Amaral (2018) realizaram um levantamento e mapeamento da produção orgânica que permitiu visualizar e identificar as diferenças nas configurações entre as distintas macrorregiões brasileiras, e em detalhamento no caso do estado de Santa Catarina, considerando como base o CNPO/MAPA, no período entre 03/2017 a 03/2018. Outrossim, os resultados propiciaram uma

1 Atualmente encontra-se em vigência a Portaria 52, de 15 de março de 2021, a qual estabelece o regulamento técnico para os sistemas orgânicos de produção e as listas de substâncias e práticas para uso nos sistemas orgânicos de produção, alterada pela Portaria 404/2022. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/legislacao-organicos>

caracterização dos produtores orgânicos no estado de Santa Catarina, majoritariamente compostos pela agricultura familiar com predominância do sistema participativo de garantia da conformidade orgânica.

Em recente trabalho, Vilela *et al* (2019) realizaram uma análise do desenvolvimento da produção orgânica, ponderando as regiões e estados do território Brasil a partir dos dados do CNPO/MAPA, considerando em perspectiva os recortes de dez/2014 e jul/2017. Este trabalho incluiu a apresentação e reflexão acerca do panorama geral da produção e do mercado de orgânicos no Brasil e no mundo.

O presente trabalho insere-se nesta temática buscando analisar o desenvolvimento da produção orgânica no estado do Rio de Janeiro (RJ). Para isso, considerou-se como objetivo a realização de um mapeamento e caracterização da distribuição territorial das unidades de produção orgânicas no estado do RJ, buscando identificar os processos evolutivos, evidenciar as dinâmicas e tendências entre as distintas regiões, identificar a ocorrência e relevância dos mecanismos de garantia da qualidade orgânica no território fluminense e apontar a relação entre as unidades de produção orgânicas e o acesso à Declaração de Aptidão ao Pronaf² (DAP) – instrumento de habilitação para políticas públicas direcionadas à agricultura familiar.

Ao considerar o estado do Rio de Janeiro, dados iniciais extraídos a partir do CNPO/MAPA, período dez/2019, apontam a ocorrência de 819 estabelecimentos agropecuários credenciados para produção orgânica, correspondendo a 3,96% do total de estabelecimentos presentes no cadastro nacional. Em relação aos mecanismos de garantia da qualidade orgânica, registra-se a atuação de várias organizações e instituições contemplando os diferentes mecanismos estabelecidos pelos instrumentos normativos. Além disso, cabe registrar, no território fluminense, a relevância na atuação de diversas instituições, organizações e recursos humanos, nas temáticas dos orgânicos e da agroecologia, resultando na articulação e constituição de várias redes e fóruns afins, além de iniciativas de construção social e articulação de mercados e feiras livres direcionados para comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos.

2 A Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), instrumento da Política Nacional da Agricultura Familiar instituída através da Lei 11.326/2003, foi alterada para Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), através do Decreto 9.064/2017, sendo estabelecido um período de transição no qual a DAP permanece como instrumento em vigência. Para este trabalho, optou-se por manter a denominação DAP, que corresponde a base de dados em vigência no período de sua realização.



Espera-se, a partir dos resultados obtidos, contribuir para a ampliação do conhecimento acerca dos sistemas de produção orgânicos existentes no território fluminense, evidenciando as suas demandas e potencialidades, fortalecendo o diálogo com os atores sociais envolvidos em seu desenvolvimento, órgãos gestores, instituições e organizações afins. Outrossim, espera-se que os resultados possam contribuir para a reflexão e qualificação dos processos de articulação, gestão e elaboração de políticas públicas direcionadas ao fortalecimento da produção orgânica e agroecológica no estado do RJ.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No que se refere à abordagem, este estudo caracteriza-se por uma perspectiva qualitativa e, quanto aos fins, como pesquisa exploratória. Os dados secundários obtidos a partir do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO), cuja gestão pertence ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), foram considerados para esta análise em relação às regiões de governo do Estado do Rio de Janeiro.

Para obtenção dos dados referentes ao CNPO, contou-se com a colaboração, previamente estabelecida, da DPDAG/SFA-RJ, atual DDR/SFA-RJ. Os dados obtidos permitiram constituir uma série histórica, com recorte anual, considerando como referência os meses de novembro ou dezembro, sendo o período correspondente aos anos de 2013 a 2019. Os dados de dez/2013 foram considerados somente em relação ao contexto nacional, conforme constavam disponíveis no CNPO. Ressalta-se que, os dados anteriores ao período mencionado não foram considerados no intervalo estabelecido pela análise, visto que o CNPO se encontrava em fase inicial de constituição.

Em relação ao recorte territorial proposto, optou-se por considerar o território do estado do RJ a partir das regiões de governo (Lei nº 1.227/87), que compreende os 92 municípios existentes no estado a partir de oito macrorregiões, respectivamente: Metropolitana, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense, Baixadas Litorâneas, Serrana, Centro-sul Fluminense, Médio Paraíba e Costa Verde. Nesta delimitação, para este trabalho, adotou-se a versão anterior à alteração estabelecida pela Lei Complementar nº 184/2018 (a partir da qual o município de Petrópolis volta a integrar a região Metropolitana), em virtude da percepção da importância do município de Petrópolis para a compreensão da trajetória evolutiva da agricultura orgânica da região serrana. Assim, o município



de Petrópolis será considerado na trajetória evolutiva desta região.

Para a obtenção dos dados relacionados à Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), realizou-se consulta direta *on line* através do Sistema DAP/Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Foram consideradas para fins desta análise sobre enquadramento, respectivamente, as situações DAP ativa e DAP expirada na categoria COM DAP; e, DAP cancelada e DAP inexistente na categoria SEM DAP.

Para tratamento dos dados utilizou-se os softwares Excell e Arcgis, base cartográfica IBGE. A elaboração dos mapas ilustrativos foi realizada contando com apoio e parceria da Embrapa Clima Temperado.

Este trabalho foi apresentado e discutido junto à Comissão da Produção Orgânica do Estado do RJ (CPOrg/RJ), em sua fase de proposição e aceção dos resultados obtidos, respectivamente abril/2019 e março/2020, ambos os momentos determinantes para a validação e significação da análise.

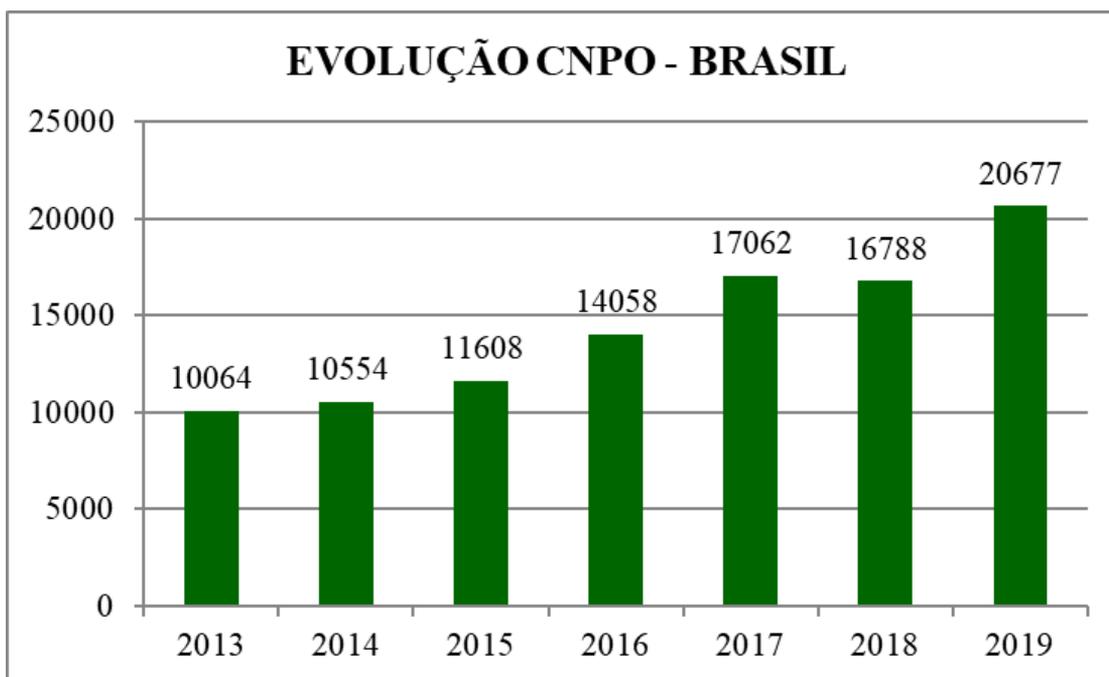
O ESTADO DO RIO DE JANEIRO NO CADASTRO NACIONAL DE PRODUTORES ORGÂNICOS

Em uma primeira aproximação aos dados relacionados à série histórica, obtidos através do CNPO, buscou-se compreender: a evolução do contexto nacional, a trajetória histórica do estado do Rio de Janeiro e a participação relativa deste no contexto geral.

Ao considerar o contexto nacional, em relação à evolução do número de unidades de produção orgânica presentes no CNPO, obtiveram-se os resultados visualizados na Fig.1, os quais indicam uma evolução de 10.064 unidades de produção orgânica em dez/2013 para 20.677 em dez/2019, correspondente a um crescimento de 105% em um período de seis anos, ratificando uma trajetória positiva para o período considerado. Estudos anteriores, como o de Vilela *et al* (2019), haviam demonstrado a tendência de crescimento ao considerar o CNPO para o período de dez/2014 a jul/2017, respectivamente 10.554 para 15.856 unidades de produção orgânicas.



Figura 1 | Evolução CNPO/Brasil – número de unidades de produção orgânicas registradas, período de 2013 a 2019.

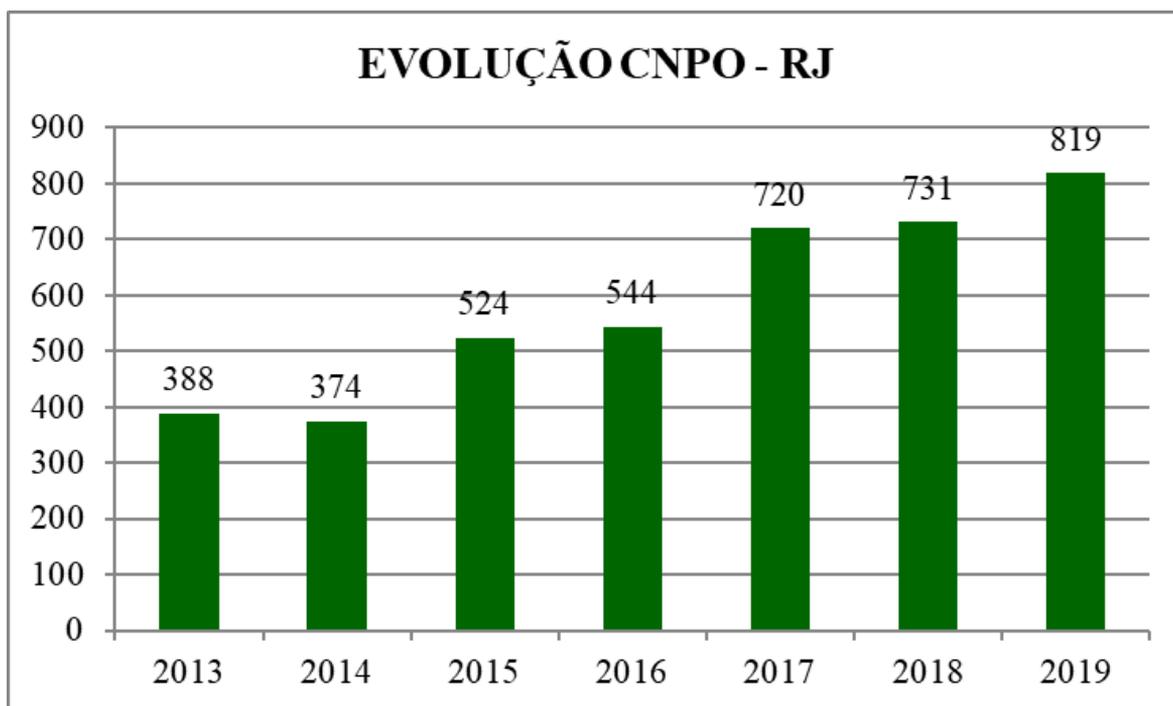


Fonte: elaborado pelos autores.

É importante ressaltar que a tendência de crescimento relativamente constante, observada ao longo deste período, também pode ser considerada um indicador do processo de estruturação e consolidação do CNPO, do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg) e de desenvolvimento da produção orgânica e agroecológica. Entretanto, seria necessário aprofundar o estudo acerca do perfil dos agricultores que adentram ao CNPO e SisOrg, com vistas a refletir sobre os fatores que atuam para a determinação do acesso ao sistema.

Em relação ao estado do Rio de Janeiro, a evolução do número de unidades de produção orgânicas registradas no período 2013-2019 (Figura 2), indica um aumento de 388 unidades de produção orgânica em dez/2013 para 819 em dez/ 2019, correspondente a um crescimento de 111% em um período de seis anos. Dessa forma, verificou-se, para o período considerado, uma tendência de evolução similar ao analisado em relação ao contexto nacional.

Figura 2 | Evolução CNPO/RJ – número de unidades de produção orgânicas registradas, período de 2013 a 2019.

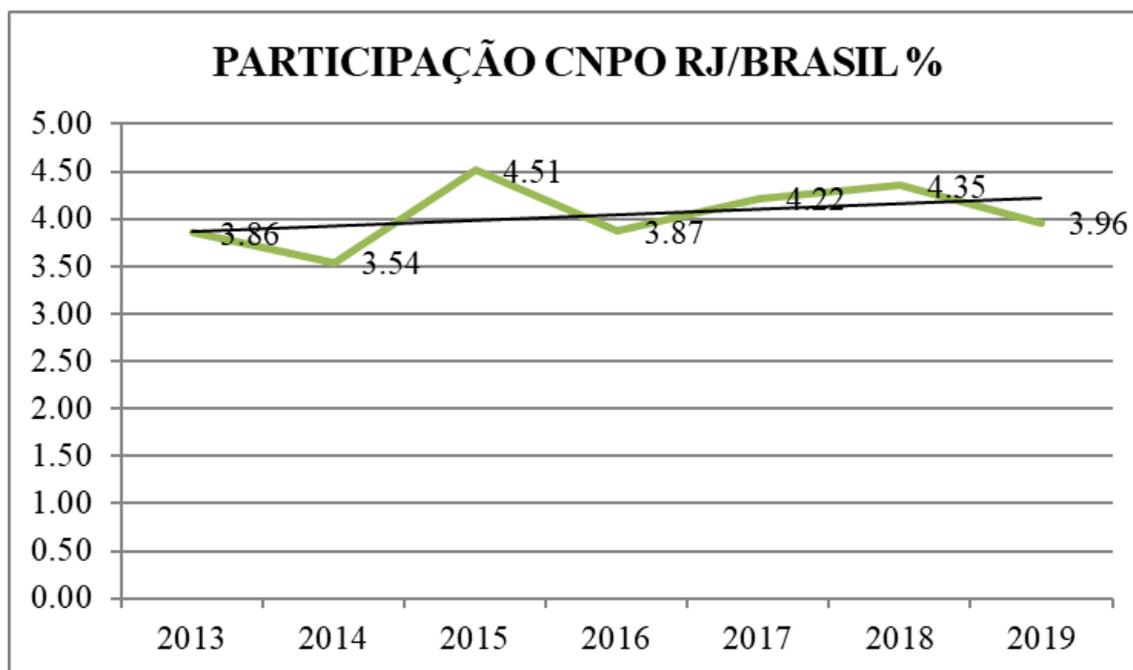


Fonte: elaborado pelos autores.

Sobre a participação relativa do estado do Rio de Janeiro, referente ao número de unidades de produção orgânicas certificadas em relação ao contexto nacional (Fig. 3), observou-se, no decorrer do período, uma participação percentual entre 3,54% (percentual mínimo) e 4,51% (percentual máximo), sendo em média 4,04%. Em dez/2019, o estado representava 3,96% das unidades de produção orgânicas cadastradas no CNPO, ocupando a 7ª posição entre os estados da federação em relação ao número de unidades de produção orgânicas presentes no cadastro nacional.

Vilela *et al* (2019), ao analisarem a participação dos estados brasileiros no CNPO para os anos de 2014 e 2017, identificaram o estado do RJ ocupando, respectivamente, a 11ª e a 8ª posição. Dessa forma, para o período considerado, pode-se observar que o estado, em sua especificidade, tem acompanhado o ritmo de expansão nacional acerca do número de unidades de produção orgânicas.

Figura 3 | Evolução da participação relativa do estado do RJ / contexto nacional, em percentual, período de 2013 a 2019.



Fonte: elaborado pelos autores.

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO ORGÂNICAS NO TERRITÓRIO FLUMINENSE

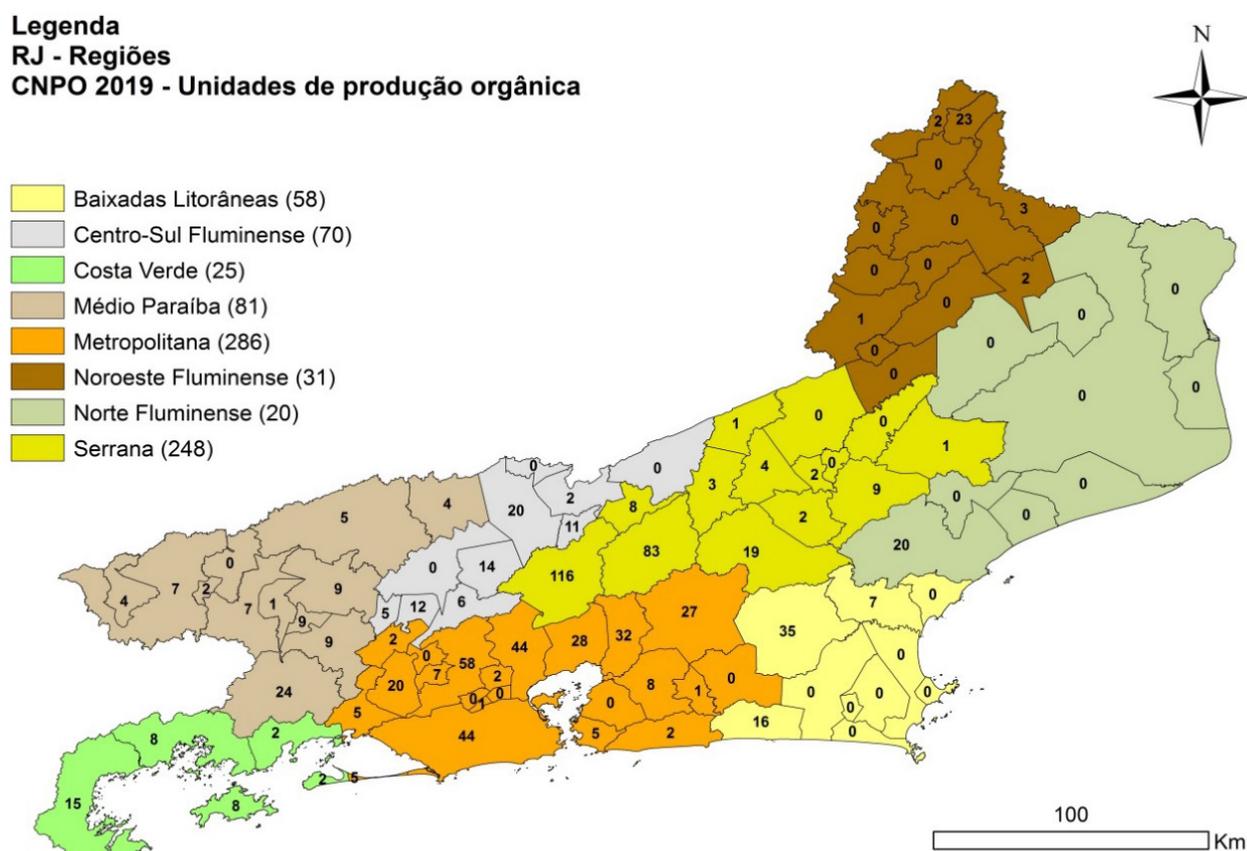
Esta seção está voltada para análise da ocorrência e distribuição das unidades de produção orgânicas correspondentes ao espaço territorial fluminense, identificadas a partir do CNPO/MAPA.

No período mais recente analisado neste trabalho, respectivo a dez/2019, as 819 unidades de produção orgânicas existentes no território fluminense encontravam-se distribuídas conforme visualizado na Fig. 4. À primeira vista, em relação ao recorte macrorregional, pode-se observar a relevância das regiões Metropolitana e Serrana, seguidas pelas regiões Médio Paraíba, Centro Sul Fluminense e Baixadas Litorâneas. Após, em menor proporção, na presença de unidades de produção orgânicas cadastradas no CNPO, aparecem as regiões situadas nas extremidades do território: ao sul, a região Costa Verde e, ao norte, as regiões Norte Fluminense e Noroeste Fluminense. Outro olhar importante, em âmbito municipal, ressalta o número de municípios com maior número de unidades de produção orgânica, situados nas regiões Serrana, Metropolitana e adjacências, e, em contraste,

vários municípios, os quais não constam nenhuma unidade de produção orgânica cadastrada no CNPO, sendo estes, em maior expressão, nas regiões Noroeste, Norte e Baixada Litorânea.

Deve-se ressaltar que, para este trabalho, conforme justificado na metodologia, o município de Petrópolis, que corresponde à localidade com maior número de UPOrgs, respectivas 116 unidades, foi considerado integrado à região Serrana, atendendo à percepção de sua centralidade, juntamente com o município de Teresópolis, para a compreensão da evolução desta região, na temática da produção orgânica.

Figura 4 | Distribuição macrorregional das unidades de produção orgânica nas regiões de governo e municípios do estado do RJ, CNPO dez/2019.

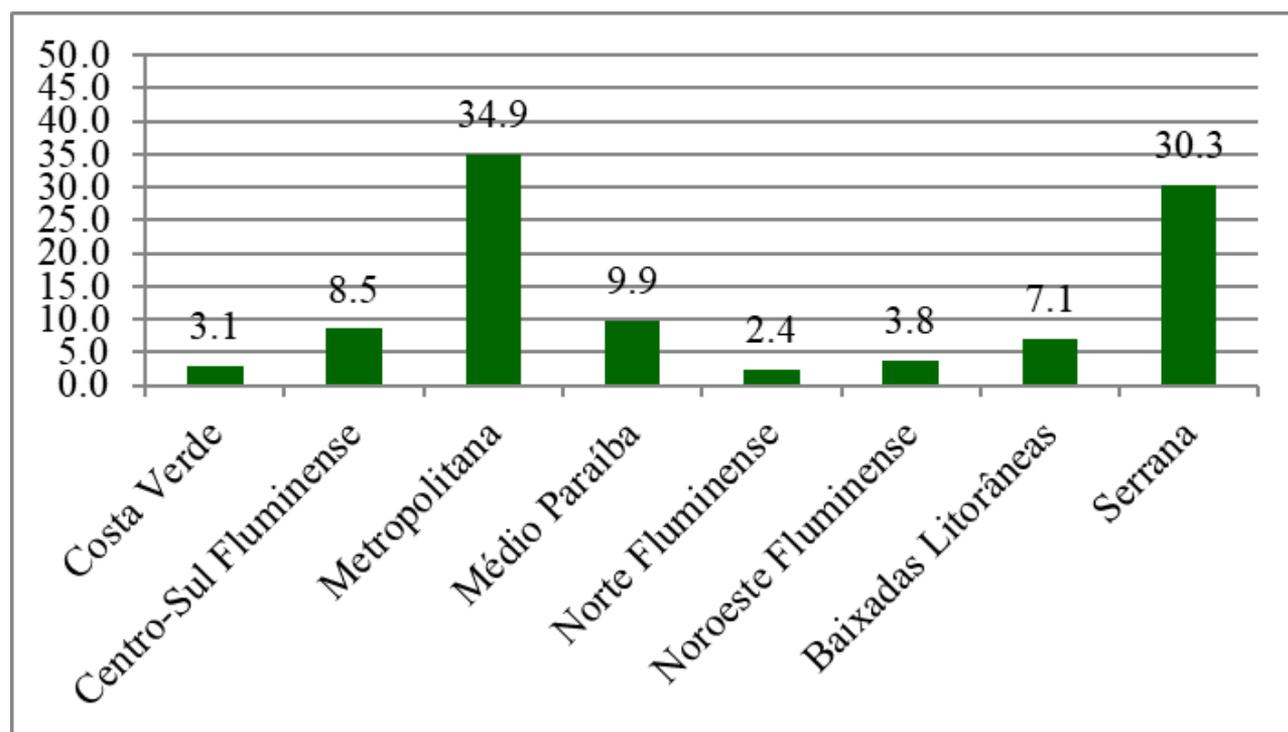


Fonte: elaborado pelos autores em parceria com a Embrapa Clima Temperado.

Ao considerar a distribuição macrorregional apresentada em proporção percentual (Fig. 5), no período de dezembro de 2019, observou-se que duas regiões concentravam somadas 65,2% das UPOrgs do estado, presentes no cadastro nacional, respectivamente a região Metropolitana (34,9%) e a região Serrana (30,3%). Em seguida, apareceram as regiões Médio Paraíba (9,9%), Centro-Sul Fluminense (8,5%) e Baixadas Litorâneas (7,1%), seguidas das regiões Noroeste Fluminense (3,8%), Costa Verde (3,1%) e Norte Fluminense (2,4%).

Desta forma, observa-se que as regiões com maior número de unidades de produção orgânica no cadastro nacional encontram-se situadas em proximidade aos centros urbanos, região metropolitana e adjacências, com destaque também para a região serrana. À vista disso, caberia aprofundar, em estudo posterior, a reflexão sobre os fatores que podem ter contribuído para essa configuração territorial.

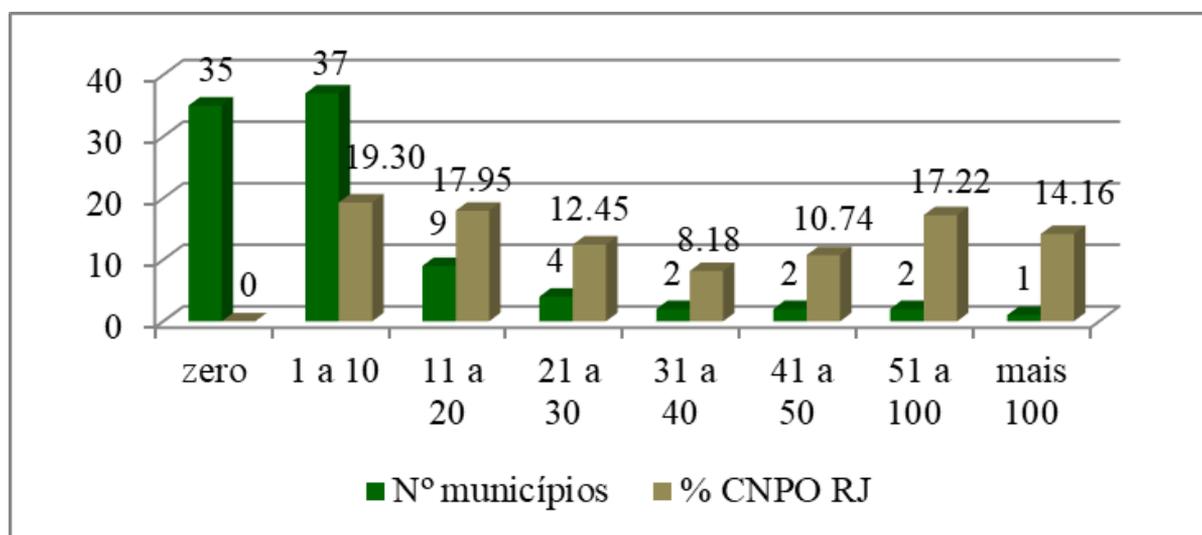
Figura 5 | Distribuição macrorregional percentual das unidades de produção orgânica nas regiões de governo, dez/2019.



Fonte: elaborado pelos autores.

Em relação aos municípios, observou-se (Fig. 6) que 35 municípios não apresentaram unidades de produção orgânicas cadastradas no CNPO e outros 37 municípios apareceram com número reduzido, 0 a 10 unidades no CNPO. Estes dois grupos, somados, correspondem a 72 municípios dentre os 92 existentes no território fluminense. Os demais 20 municípios fluminenses apresentaram entre 11 e 116 unidades cadastradas, representando, em percentual, 80,7% das unidades de produção orgânicas do estado, no CNPO. Estes dados indicam que poucos municípios concentram a maior parte das unidades de produção orgânicas do estado presentes no cadastro nacional, enquanto que a grande maioria dos municípios fluminenses apresenta pouca ou nenhuma UPOrg cadastrada.

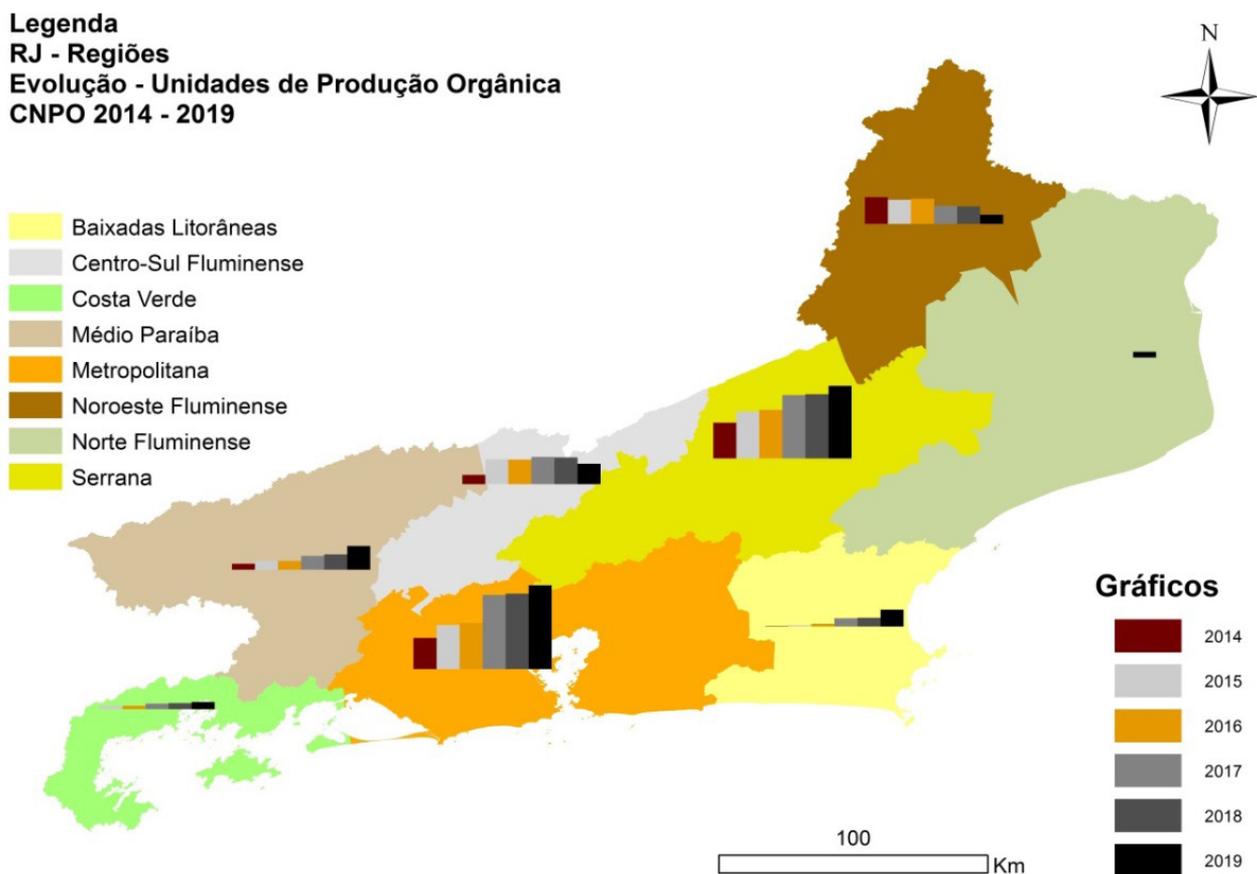
Figura 6 | Distribuição municipal das unidades de produção orgânica e participação percentual, CNPO dez/2019.



Fonte: elaborado pelos autores.

Ao considerarmos a trajetória evolutiva para o período de 2014 a 2019 (Fig. 7), observou-se que as regiões Metropolitana, Serrana, Médio Paraíba, Costa Verde e Baixadas Litorâneas têm apresentado tendência crescente para o número UPOrgs; a região Centro Sul Fluminense aparece em tendência estável, ainda que, a partir de 2018, em decréscimo; a região Noroeste Fluminense apresentou tendência decrescente no número de UPOrgs; e a região Norte fluminense apresentou UPOrgs cadastradas no sistema somente a partir de 2019.

Figura 7 | Evolução do número de unidades de produção orgânica do estado do RJ por regiões de governo.



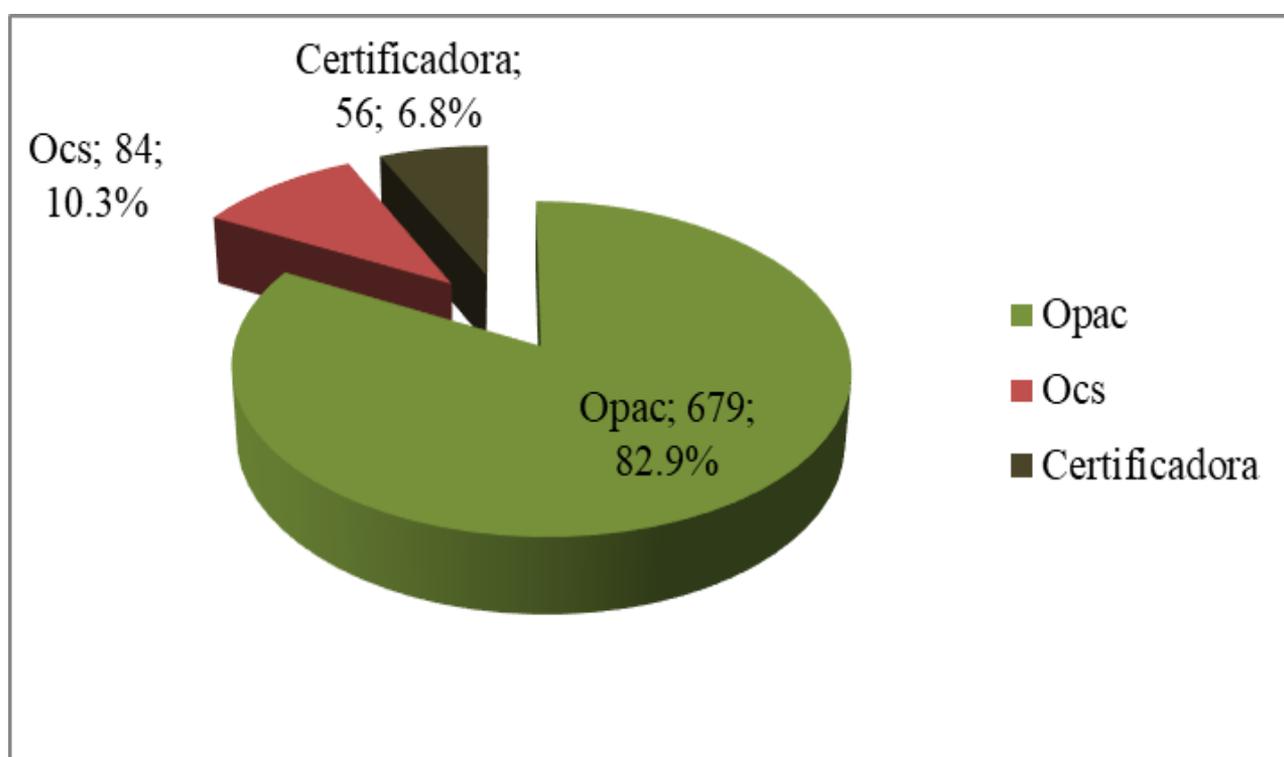
Fonte: elaborado pelos autores em parceria com a Embrapa Clima Temperado.

Por fim, ao analisar o conjunto dos dados obtidos referentes à distribuição das unidades de produção orgânicas no território fluminense, relativos ao período 2014-2019, foi possível observar a distribuição macrorregional bem como a relevância de determinadas regiões e municípios em relação ao número de UPOrgs presentes no cadastro nacional. Ao considerar a trajetória evolutiva, em âmbito macrorregional, este processo torna-se visível na sua dinâmica e evolução, evidenciando as tendências e contrastes entre as regiões. Nesse sentido, caberia refletir sobre quais políticas públicas poderiam favorecer a distribuição territorial e incremento do número de unidades de produção orgânica para as diversas regiões fluminenses.

RELEVÂNCIA DOS MECANISMOS DE GARANTIA DA QUALIDADE ORGÂNICA NO ESTADO DO RJ

Objetivou-se nesta secção caracterizar e refletir sobre a relevância em que ocorrem os diferentes mecanismos de garantia da qualidade orgânica, estabelecidos na legislação, no contexto territorial do estado do RJ. Para isso, buscou-se analisar o contexto estadual e o macrorregional, referentes ao período de dezembro/2019, e após, em perspectiva – a trajetória evolutiva.

Figura 8 | Relevância dos mecanismos de garantia da qualidade orgânica no estado do RJ, CNPO dez/2019.



Fonte: elaborado pelos autores.

A identificação e ocorrência dos mecanismos de garantia da qualidade orgânica, obtidos a partir da análise do CNPO, em dez/2019, podem ser visualizados na Fig. 8. É importante ressaltar que os três mecanismos estabelecidos na legislação encontram-se presentes no território do estado, embora em proporções distintas. A certificação via Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC), usualmente denominada certificação participativa, é o sistema predominante no território estadual abrangendo 679 unidades de produção orgânica, correspondentes a 82,9% do total registrado. O

mecanismo de Organização via Controle Social (OCS), estabelecido exclusivamente para a agricultura familiar e venda direta, aparece associado a 84 unidades de produção orgânica, respectivos 10,3% em participação percentual. O mecanismo de verificação da qualidade orgânica por auditoria, aqui denominado certificadora, revela-se em menor proporção, 56 unidades de produção orgânica, respectivos 6,8% da totalidade.

Cabe afirmar, a partir dos dados apresentados, que a certificação participativa aparece como um elemento determinante para a expressão da agricultura orgânica no contexto estadual. Ainda mais ao considerarmos que há somente um organismo participativo de avaliação da conformidade orgânica (OPAC) credenciado, a Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do RJ-ABIO, que aparece associada às 679 unidades de produção certificadas por este mecanismo. Conforme Hirata *et al* (2020), em publicação dedicada à análise da origem e evolução dos Sistemas Participativos de Garantia existentes no território nacional, a criação da Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO) precede à constituição do marco legal sobre a agricultura orgânica, tendo sido constituída no período dos anos 1980, em um contexto de expressão do movimento de agricultura alternativa e agroecológico. Logo, no período de implantação da regulamentação brasileira da produção orgânica, a ABIO juntamente com a Rede ECOVIDA de Agroecologia e a Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região (ANC) foram os três primeiros SPGs (Sistemas Participativos de Garantia) credenciados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Igualmente, é importante destacar o papel da construção e desenvolvimento do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, o qual tem atuado para a construção social de mercado consumidor associado à temática da agricultura orgânica, consolidando uma alternativa de mercado para os produtores orgânicos. Criado em 2012 (Decreto municipal nº 35.064/2012), o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas consolidou um processo de gestão inovador, com a participação de organizações com atuação reconhecida na agricultura orgânica e agroecológica no estado do RJ, garantindo a participação da sociedade civil, e atuando na realização de mais de 20 feiras distribuídas pela cidade do Rio de Janeiro.

Em relação às Organizações de Controle Social (OCS), foram identificadas, em dez/2019, cinco organizações cadastradas no sistema, respectivamente: Associação Agroecológica de Produtores Orgânicos de Paraty (AAPOP), OCS Quilombo Alto da Serra, Macaé Orgânico, Agricultores



Agroecológicos de Varre-Sai e Cooperativa de Agricultura Familiar de Produtos Orgânicos Univerde. Entretanto, registra-se, ao longo do período analisado (2014 a 2019), a ocorrência de várias outras Organizações de Controle Social, alcançando, em 2017, o número de quinze OCS em atuação no território fluminense. Visto que estas organizações se dedicam a possibilitar o reconhecimento à produção orgânica desenvolvida por agricultores familiares que comercializam seus produtos de forma direta, geralmente em feiras locais, seria importante considerar as razões que tem atuado para a instabilidade na longevidade destas organizações, que podem estar associadas às dificuldades de acesso às políticas públicas de fomento e apoio à produção, dentre outros.

É importante ressaltar o trabalho realizado pela Comissão da Produção Orgânica do Estado do RJ (CPOrg/RJ), a partir da criação e atuação do Grupo de Trabalho de Acompanhamento às OCS, através do qual têm sido realizadas visitas periódicas para fomento à produção e afirmação dos mecanismos de garantia da qualidade orgânica.

Outra ação significativa para fomento e desenvolvimento das OCS, no estado do RJ, ocorreu no campo da assistência técnica e extensão rural, realizada de forma conjunta pela SFA/MAPA no RJ e Secretaria de Agricultura e Pecuária do estado do RJ/SEAPPA RJ, quando técnicos daquele ministério estiveram em Paraty e Varre Sai, para acompanhamento técnico e de gestão de empreendimentos rurais, que contribuiriam para criação das OCS AAPOP (Paraty) e Associação dos Agricultores Agroecológicos de Varre e Sai. Essas ações ocorrem no âmbito do Programa Rio Rural³, coordenado pela SEAPPA RJ, no período entre 2016 e 2018.

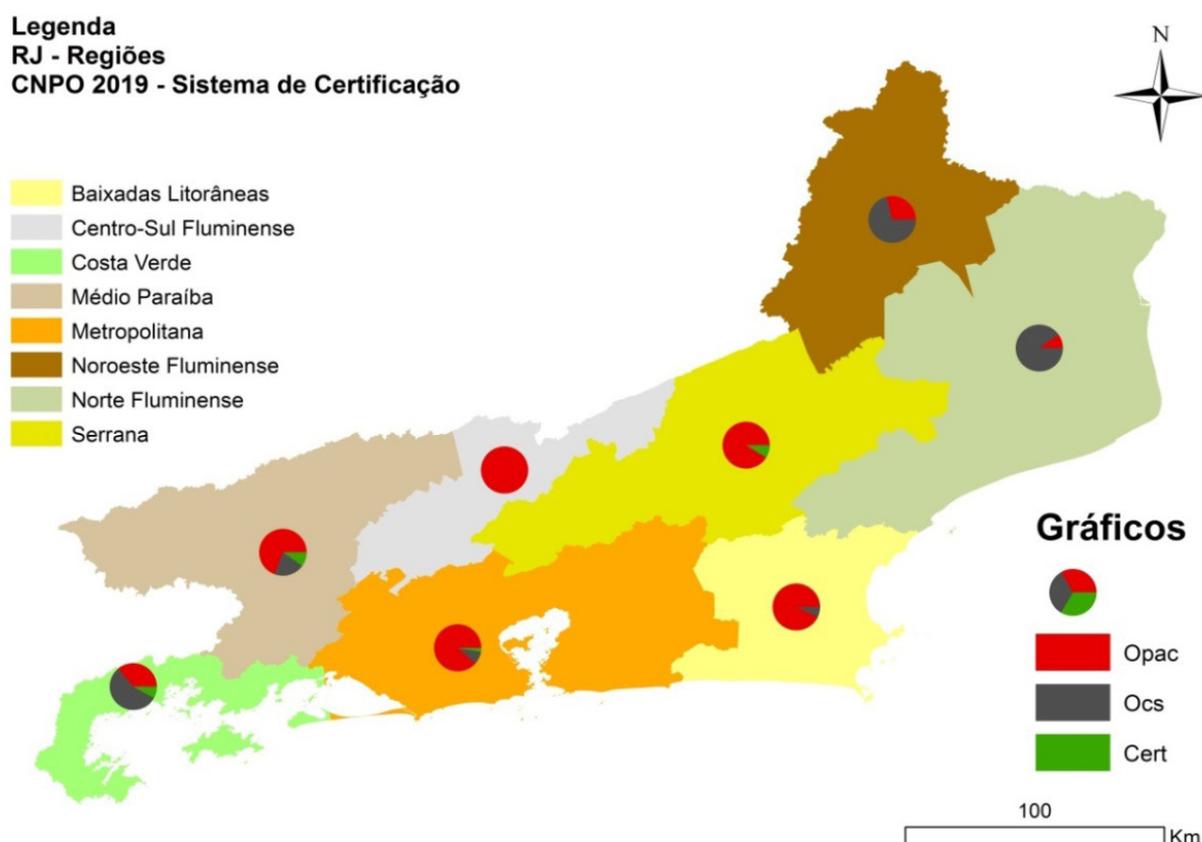
Ao considerar a certificação por auditoria, verificou-se no cadastro nacional a presença de quatro certificadoras com atuação no território fluminense no período de dez/2019. Em estudo realizado por Vilela *et al* (2019), a certificação por auditoria aparece em quase todos os estados do país, com maior relevância associada às categorias de extrativismo, produção animal e processamento. Estas observações podem ajudar para compreensão, da adesão em menor magnitude, à certificação por auditoria das unidades de produção orgânica do RJ - que pode estar relacionada a predominância dos sistemas de

3 O Programa Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas – RIO RURAL foi executado de 2010 a 2018 no estado do RJ, e apoiou a implantação de subprojetos ambientais e produtivos para agricultores familiares, a organização rural e a gestão comunitária de recursos naturais em 343 microbacias do estado. Um de seus componentes foi o de capacitação e apoio a agricultores com interesse em constituir grupos de produção orgânica e agroecologia.

produção familiares direcionados principalmente aos mercados locais e regionais.

Ao considerarmos a ocorrência dos diferentes mecanismos de garantia da qualidade orgânica em relação às macrorregiões (Fig. 9), verificou-se que a certificação participativa aparece em proporção predominante na maior parte das regiões, com exceção das regiões Costa Verde, Norte e Noroeste Fluminense, onde aparece de forma mais relevante o mecanismo de controle social para a venda direta. Estes resultados ratificam a relevância do sistema participativo e, principalmente, associado às macrorregiões com maior número de unidades de produção orgânica, em adjacência aos grandes centros urbanos. De outra parte, fica demonstrado a importância do mecanismo de controle social para inclusão dos agricultores familiares que residem nas regiões mais isoladas, seja geograficamente ou socialmente, e que praticam a comercialização de forma direta, através das feiras e para mercados institucionais, garantindo assim, reciprocamente, renda para os agricultores e abastecimento local de produtos orgânicos.

Figura 9 | Relevância dos mecanismos de garantia da qualidade orgânica por macrorregião, CNPO, dez/2019.



Fonte: elaborado pelos autores em parceria com a Embrapa Clima Temperado.

Em relação à trajetória evolutiva dos sistemas de garantia da qualidade orgânica no território fluminense, ao longo do período analisado (2014-2019), observou-se que a certificação participativa aparece predominantemente em maior expressão de crescimento em relação ao número de unidades de produção cadastradas, de 243 UPOrgs, em dez/2014, para 679, em dez/2019. O mecanismo de controle social, demonstrou-se relativamente estável com leve declínio ao longo do período, sendo 94 UPOrgs, em dez/2014, para 84, em dez/2019. A certificação por auditoria apresentou-se em crescimento, de 37 UPOrgs, em dez/2014, para 56, em dez/2019. Vilela *et al* (2019), ao observarem a produção orgânica no contexto nacional, em relação aos sistemas de certificação, concluíram que a distribuição da produção se apresentou diversificada e dinâmica, sendo que os três sistemas têm crescido de maneira equilibrada e se distribuem no país de modo diferenciado.

SOBRE AS UNIDADES DE PRODUÇÃO ORGÂNICA E O ACESSO À DECLARAÇÃO DE APTIDÃO AO PRONAF – DAP

Esta seção buscou aproximar a reflexão sobre a relevância do acesso à Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP no universo das unidades de produção orgânica presentes no CNPO para o estado do RJ. Dessa forma, para obtenção dos resultados realizou-se uma consulta buscando relacionar individualmente as unidades de produção orgânica presentes no CNPO/MAPA ao Sistema DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) da Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD).

Da totalidade das unidades de produção orgânicas correspondentes ao estado RJ, cadastradas no CNPO, período de julho/2019, verificou-se que 40,1% possuíam ou já teriam possuído DAP, enquadrando-se respectivamente nas categorias com DAP ativa ou expirada (vencido o prazo de validade). Em contrapartida, foram identificados que 59,9% das unidades de produção orgânica não possuíam DAP, remetendo às categoriais DAP inexistente ou cancelada.

A Declaração de Aptidão ao Pronaf é instrumento utilizado para identificar e qualificar as Unidades Familiares de Produção Rural e suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas, que tem sido consequentemente considerada instrumento para habilitação deste público aos programas e políticas públicas correlacionadas. Desta forma, os resultados relacionados ao acesso à DAP possibilitam evidenciar o potencial das políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar, a exemplo do Programa de



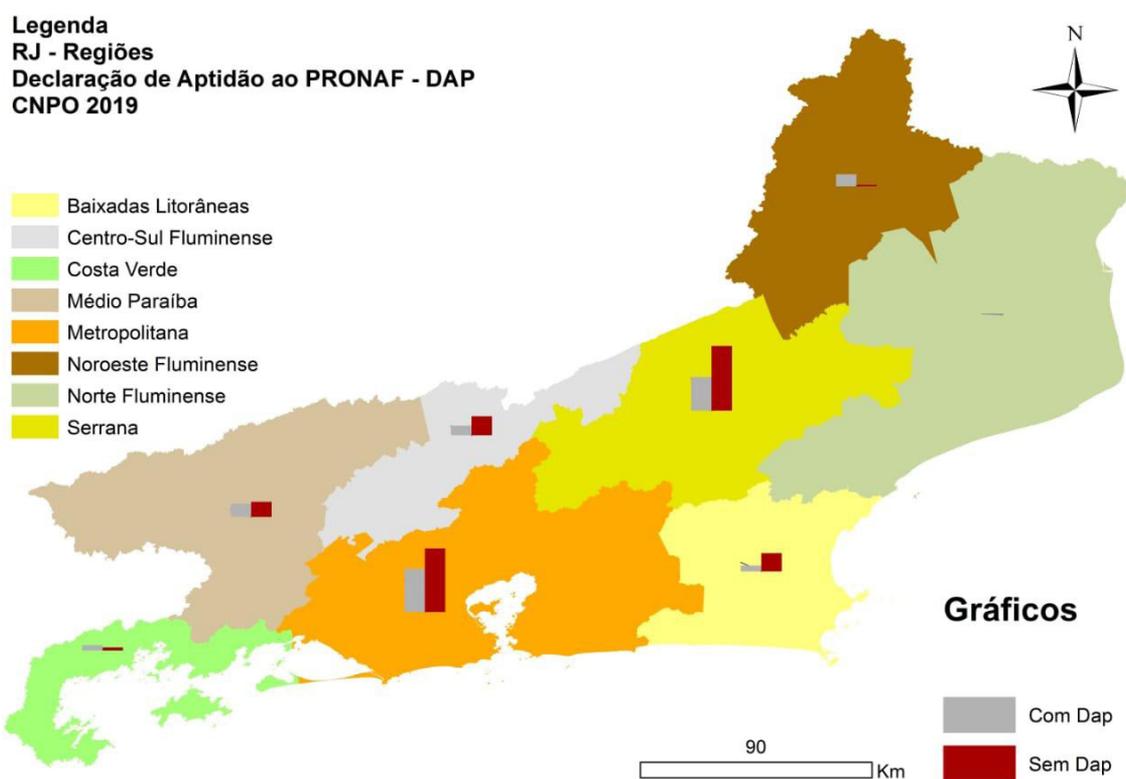
Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), para geração de renda e fomento ao desenvolvimento da agricultura orgânica.

Ao considerar a análise na distribuição macrorregional (Fig. 10), é possível observar visualmente a relação entre as unidades de produção orgânicas e a relevância do acesso à DAP nas distintas regiões.

Outros estudos, como o realizado por Aleixo (2018), já haviam analisado e demonstrado a importância do Programa Nacional da Alimentação Escolar junto ao público da agricultura familiar no território fluminense, destacando o potencial desse programa para o desenvolvimento da agricultura orgânica.

Nesse sentido, seria importante considerar, para estudos posteriores, a correlação entre a relevância destas e outras políticas públicas em relação à distribuição territorial das unidades de produção orgânica.

Figura 10 | Unidades de produção orgânica e a declaração de aptidão ao Pronaf, CNPO, 2019.



Fonte: elaborado pelos autores em parceria com a Embrapa Clima Temperado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste trabalho possibilitou a constituição de um banco de dados a partir do qual se obteve a série histórica (2013-2019), que permitiu analisar a distribuição territorial e evolução das unidades de produção orgânicas no estado do RJ, ratificando a importância e a própria evolução do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos como um instrumento de gestão do desenvolvimento da produção orgânica.

Os resultados obtidos, para o período analisado, demonstraram que o estado do Rio de Janeiro apresentou tendência de crescimento no número de unidades de produção orgânica, acompanhando a evolução observada ao considerar o contexto nacional. A distribuição territorial das unidades de produção orgânicas nas macrorregiões do estado demonstrou a predominância de algumas regiões e municípios em relação ao número de UPOrgs presentes no cadastro nacional, com destaque para as regiões Metropolitana e Serrana. Ao considerar a trajetória evolutiva, a maior parte das regiões apresentou tendência de crescimento ao longo do período analisado, embora em dinâmica e proporções distintas.

Ao considerar os mecanismos de garantia da qualidade orgânica estabelecidos pela legislação registrou-se a ocorrência dos três mecanismos em atuação no território fluminense. A certificação participativa ocorre de forma predominante, sendo considerada elemento fundamental para compreensão do desenvolvimento e evolução da produção orgânica no âmbito do estado e das regiões com maior número de unidades de produção orgânicas, respectivamente região metropolitana e região serrana. A certificação por controle social ratifica a importância deste mecanismo para a inclusão dos agricultores familiares, com destaque para aqueles que residem nas regiões mais distantes dos grandes centros urbanos e que praticam a comercialização de forma direta através de feiras e mercados institucionais.

A correspondência entre as unidades de produção orgânica presentes no cadastro nacional e o acesso à Declaração de Aptidão ao PRONAF permitiu verificar a importância e o potencial das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar para o desenvolvimento da produção de base orgânica e agroecológica.



Ao final, os resultados possibilitaram ampliar o conhecimento acerca do desenvolvimento da produção orgânica no estado do RJ, ratificando a importância da abordagem territorial, para compreensão dos processos de desenvolvimento. A expressão das diferenças evidenciadas entre as regiões indica que os processos de desenvolvimento se constituem em interdependência às dinâmicas e especificidades regionais, estabelecendo a importância de uma agenda de desenvolvimento regional, que considere os atores sociais e as dinâmicas locais para promoção do desenvolvimento.

Agradecimentos:

Ao pesquisador José Maria Filippini Alba, Embrapa Clima Temperado (CPACT), pelo apoio técnico para a elaboração dos mapas. À Comissão da Produção Orgânica do Estado do RJ – CPOrg/RJ.

REFERÊNCIAS

ALEIXO, D.N.S. Aquisição de alimentos da agricultura familiar, incluindo produtos orgânicos, pelas prefeituras municipais do RJ, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação escolar, no período de 2011 a 2016. Dissertação (Mestre em Ciências). PPGAOU/UFRRJ. 2018. 230f.

BERNARDES, R.M.; AMARAL, E.R. Levantamento da Produção Orgânica em Santa Catarina. São José, SC: MAPA, 2018. 20p.

CARNIELLO, M.F.; SANTOS, M.J.; PIMENTA, C.A.M. A abordagem territorial do desenvolvimento: um olhar metodológico sobre a dimensão cultural e seus componentes. G&DR. V. 18, N. 1, P. 134-150, jan-abr/2022. Taubaté, SP, Brasil.

EGLER, C.A.G; BESSA, V.C; GONÇALVES, A.F. Pensar o território e a região: por uma agenda de desenvolvimento regional. Mercator, Fortaleza, v. 12, n. 28, p.7-17, mai./ago. 2013.

HIRATA, A.R.; ROCHA, L.C.D.; BERGAMASCO, S.M.P.P. Panorama Nacional dos Sistemas Participativos de Garantia. In: HIRATA, A.R. & ROCHA, L.C.D.; Sistemas participativos de garantia do Brasil: Histórias e experiências. Pouso Alegre: IF-SULDEMINAS, 2020. p.10-44.

LEITE, R. M. Dez anos de regulamentação da Agricultura Orgânica, experiência de Sistema Participativo de Garantia: Avanços, Desafios e Oportunidades da Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil. Jaguariúna-SP, 2013.

LIMA, S.K.; GALIZA, M.; VALADARES, A.; ALVES, F. Produção e consumo de produtos orgânicos no mundo e no Brasil. Texto para discussão 2538. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: 2020. 52p.

VILELA, G.F.; MANGABEIRA, J.A.C.; MAGALHÃES, L.A.; TOSTO, S.G. Agricultura orgânica no Brasil: um estudo sobre o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. Campinas: Embrapa Territorial, 2019. (Documentos 127/Embrapa Territorial). 20p.

WILLER, H.; SCHLATTER, B.; TRAVNICEK, J.; KEMPER, L.; LERNOUD, J. (Eds.) (2020): The World of Organic Agriculture. Statistics and Emerging Trends 2020. Research Institute of Organic Agriculture (FiBL), Frick, and IFOAM – Organics International, Bonn. 2020. 337p.

